Relatório e Contas 2015







Conteúdo

1. Sumário Executivo 2
2. Indicadores Chaves 4
3. Órgãos Sociais 5
4. Estrutura Accionista 6
5. Principais Acontecimentos 6
6. Enquadramento Geral 7
7. Actividade Operacional 13
8. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa 18
9. Recursos Humanos 18
10. Sistema de Informação 19
11. Análise Económica e Financeira 20
12 Perspectivas de evolução futura 26
13 Agradecimentos 28
14 Proposta de aplicação de resultados 29
15. Declaração de Cumprimento 30
I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
III. PARECER DO FISCAL UNICO

1. Sumário Executivo

A Cabo Verde Fast Ferry, S.A. – CVFF, completou mais um ano de actividade, o seu quinto ano de operações efectivas, num ambiente económico de negócio favorável, apesar do abrandamento do ritmo do crescimento económico, relacionados com constrangimentos que condicionaram o crescimento dos investimentos. O exercício de 2015, fica marcado pelo desafio adicional colocado à empresa, decorrente da paralisação do KRIOLA, que implicou a alteração dos planos de viagens, com impacto negativo no tráfego transportado e no volume de negócios.

Dos grandes desafios para a empresa neste ano, nomeadamente o seu efectivo realinhamento e saneamento financeiro, bem como o acesso e viabilização do seu refinanciamento, ficaram por se concretizar quando, ao longo do ano, os processos encetados junto das tutelas e parceiros estratégicos, ficaram por concluir. De ressaltar, no entanto, os avanços conseguidos com o processo de reestruturação do empréstimo obrigacionista e da renegociação dos juros em mora, cuja Assembleia Geral de Obrigacionista ficou marcada para início de 2016.

A par dos processos de realinhamento financeiro da empresa, a Administração levou a cabo várias acções no sentido da negociação com o MIEM a atribuição de uma das concessões previstas no estudo de reestruturação dos transportes marítimos em Cabo Verde, que culminaram em Dezembro de 2015 na entrega da proposta da Cabo Verde Fast Ferry para a exploração da CONCESSÃO A. A concretização deste processo, aliado ao saneamento financeiro, são pilares fundamentais à viabilização e sustentabilidade da empresa, permitindo que esta continue a oferecer uma solução robusta e eficaz a nível de mobilidade em todo o território nacional

A actividade da empresa durante o ano, apesar dos constrangimentos, foi caracterizado por manutenção da tendência de crescimento do lucro operacional bruto, reflectida num crescimento de 44% do EBITDA; pela retoma do crescimento do resultado operacional e pela melhoria dos resultados líquidos. Contudo, a empresa continua a registar resultados liquidos negativos e a viver dificuldades que têm efeitos estruturais, que são conhecidas, e resultam basicamente do esforço de investimento efectuado na aquisição da frota e do peso excessivo da dividida no seu financiamento.

Persiste a falta de disponibilidade de infra estruturas adequadas - rampas nos portos das Ilhas Orientais - de forma a alargar-se os itinerários e a cobertura do mercado nacional, o que continua a condicionar o resultado do esforço contínuo de melhoria de performance operacional da empresa, e de uma eficiente utilização dos seus recursos.

Os principais acontecimentos registados durante o exercício continuam a demonstrar a mobilização e o engajamento de todos os interesses e actores, no seu papel individual, Obrigacionistas, Accionistas, o Estado de Cabo Verde e todas as Entidades e Instituições com quem a CVFF interage na busca da concretização dos seus grandes objectivos, especialmente o da sua recuperação financeira.

Continua a ser de relevo o papel do Estado de Cabo Verde e suas diversas instituições no impulsionar das acções que conduziram a concretização dos acontecimentos do ano, e que contribuem significativamente para a busca de soluções para o realinhamento da empresa.

Com os desenvolvimentos globalmente pouco favoráveis no corrente ano, para a CVFF continua a ser imperativa a mobilização de mais recursos para o seu efectivo equilíbrio financeiro. No entanto, a perspectiva concreta das concessões e a resultante justa compensação pelo serviço público que a empresa tem vindo a prestar, como um verdadeiro actor social, no desenvolvimento das suas actividades, deve contribuir para a viabilização do negócio e o objectivo principal de se posicionar no mercado e no sistema nacional de transporte como um operador de referência na prestação de serviço de transporte marítimo, continuando a se afirmar como um incontornável operador na intermodalidade e dentro da cadeia logística.

2. Indicadores Chaves

BALANÇO	2015	2014
Activo Corrente	93 047	46 936
Activo não corrente	1 697 437	1 783 416
Activo Total	**1 790 484**	**1 830 352**
Capital Social	110 000	110 000
Prestação suplementares	22 962	22 962
Resultado Transitado	(700 057)	(551 794)
Resultado líquido	(128 884)	(148 263)
capital próprio	**(695 979)**	**(567 095)**
Passivo Corrente	667 502	521 958
Passivo não corrente	1 818 961	1 875 489
Passivo Total	**2 486 463**	**2 397 447**
RESULTADOS	**2015**	**2014**
Volume do Negocios	350 683	394 965
EBITDA	146 697	101 258
Resultados Operacionais	35 963	4 707
Resultados Líquidos	(128 884)	(148 263)
FLUXO DE CAIXA	**2015**	**2014**
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	123 141	84 697
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(24 449)	(95 453)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(95 818)	(59 420)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	2 874	(70 176)
INDICADORES DE RENDIBILIDADE	**2015**	**2014**
ROA	-7,2%	-8,1%
ROS	-36,7%	-37,5%
EBITDA MARGIN	41,8%	25,6%
EBIT MARGIN	10,3%	1,2%
INDICADORES DE ACTIVIDADE	**2015**	**2014**
Rotação do activo	0,20	0,22
Rotação dos clientes	19,55	24,93
INDICADORES DE LIQUIDEZ	**2015**	**2014**
Liquidez reduzida	0,14	0,09
liquidez imidiata	0,02	0,03
INDICADORES DE SOLVABILIDADE	**2015**	**2014**
Endividamento (Capitais Alheios/Capitais Totais)	154%	139%
Estrutura de Endividamento (Capitais alheios cp /capitais alheios lp)	9%	8%
Autonomia Financeira (Capital Próprio /Activo)	-0,39	-0,31
Salvabilidade (Capital próprio / passivo)	-0,28	-0,24
Cobertura dos encargos financeiros	89%	66%

3. Órgãos Sociais

Os órgãos Sociais da Cabo Verde Fast Ferry, Lda, têm a seguinte composição:

Mesa de Assembleia Geral

Presidente: Augusto Vasconcelos Lopes

Vice-presidente: Câmara Municipal dos Mosteiros, representado pelo senhor Fernandinho Teixeira

Secretário: Câmara Municipal de Santa Catarina-Fogo, representada pelo senhor João Aqueleu Barbosa Amado.

Fiscal Único

Pricewaterhousecoopers & Associados, SROC, Ld.ª, representada pelo senhor Carlos Manuel Sim Sim Maia

Suplente: Amando José Carvalho Ferreira Rodrigues

Concelho de Administração

Presidente: Paiva Jorge do Rosário

Administrador Operacional: Nelson Gee Gregor

Administrador Financeiro: Aniceto João Silva Soares

4. Estrutura Accionista

O capital social é de Cento e Dez Milhões de Escudos, totalmente realizado, representado por 110.000 ações com o valor nominal de 1.000$00 cada uma, dividido da seguinte forma:

Entidades	Número de Acções	%
Estado de Cabo Verde	58.508	53,19%
Nelson Gregor	22.722	20,66%
SOC. Vasconcelos Lopes, Lda.	10.670	9,70%
EDITUR, SA	8.000	7,27%
Agnelo Andrade	5.000	4,55%
Município de Brava	2.200	2,00%
Município de Santa Catarina Fogo	1.200	1,09%
Município de Mosteiros	1.100	1,00%
Município de São Filipe	600	0,55%
	110.000	**100%**

5. Principais Acontecimentos

- Conclusão dos trabalhos de casco no Navio Praia D´Aguada e lançamento ao mar para conclusão dos trabalhos, atracado no porto grande.
- Participação do KRIOLA nas operações de busca e salvamento de vinte e duas pessoas que caíram ao mar durante o afundamento do navio Ro-Ro "VICENTE".
- Aprovação da lei de bases das concessões dos transportes marítimos inter-ihas e o projecto de resolução que cria o Fundo autónomo de desenvolvimento do transporte marítimo inter-ilhas.
- Convite do MIEM para iniciar as negociações com vista a concessão de serviço público.
- Apresentação às tutelas do estudo de elegibilidade da CVFF a uma das concessões.
- Levantamento conjunto com a DAMEN da lista dos trabalhos necessários à docagem e grande reparação do navio KRIOLA.
- Aprovação do orçamento e assinatura de um contrato de financiamento com a DAMEN para reparação do KRIOLA.
- Realização dos testes de mar do navio PRAIA D´AGUADA.
- Apresentação e negociação da proposta de reestruturação do empréstimo obrigacionista.
- Convite do MIEM para apresentação de proposta para exploração da CONCESSÃO A.

- Apresentação da proposta da CVFF para exploração da CONCESSÃO A.

6. Enquadramento Geral

6.1. Ambiente Económico Internacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

A economia global terá crescido no primeiro semestre 2015, 2,9 por cento, cerca de 0,3 pontos percentuais abaixo da evolução antecipada em abril. O abrandamento do crescimento global foi determinado, sobretudo, pelo enfraquecimento da atividade económica nas economias emergentes e em desenvolvimento.

O desempenho das economias avançadas, contudo, favorecido, globalmente, pela redução dos preços das matérias-primas, pela manutenção de condições de financiamento acomodatícias, por algum alívio na política de consolidação orçamental, bem como pela melhoria das condições dos seus mercados de trabalho, tem sustentado o crescimento económico mundial e contribuído para uma ligeira melhoria do enquadramento externo da economia nacional.

Contrariamente à tendência global do grupo das economias avançadas, a economia dos mercados emergentes e países em desenvolvimento tem-se comportado menos favoravelmente, em resultado, na perspectiva do FMI, do agravamento das condições externas de financiamento, tendo os seus influxos de capitais desacelerado marcadamente, do impacto da redução dos preços das matérias-primas (energéticas, alimentares e metais preciosos) e da depreciação cambial nas economias exportadoras de *commodities*; do efeito maior que o antecipado nas economias vizinhas e na economia africana, da transição do modelo de crescimento económico da China e da persistência de conflitos geopolíticos e domésticos no Leste Europeu, no Médio Oriente e em algumas economias africanas, bem como do recrudescimento de instabilidades relacionadas a atos de terrorismo.

Numa conjuntura de abrandamento da procura e do comércio global e de manutenção dos níveis de oferta das matérias-primas, a inflação pelos custos e os preços no consumidor mantiveram, globalmente, uma tendência descendente. Note-se que a redução expressiva do preço do petróleo é a principal impulsionadora da tendência globalmente descendente dos preços das matérias-primas e indiretamente dos preços nos consumidores.

6.2. Ambiente Económico Nacional (Fonte: Banco Central de Cabo Verde)

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana, pese embora o abrandamento do crescimento económico mundial, permaneceu relativamente favorável ao longo de 2015, beneficiando a evolução da procura externa dirigida à economia nacional, as transferências privadas para apoio familiar, o investimento externo no país, bem como a compensação de alguma pressão inflacionista.

A nível interno, as estatísticas disponíveis sugerem um abrandamento do ritmo de crescimento económico, em larga medida relacionado a constrangimentos que condicionaram o crescimento dos investimentos.

Os preços no consumidor mantiveram uma evolução benigna ao longo do ano. A inflação média anual, depois de ter atingido -0,4 por cento em março, infletiu a tendência descendente, fixando-se em 0,1 por cento em outubro. A evolução da inflação importada compensou a tendência ascendente dos preços de bens alimentares produzidos internamente devido à seca de 2014 e favoreceu a melhoria do rendimento disponível bruto real das famílias cabo-verdianas.

Por seu turno, nas contas externas, de registar uma significativa contração do défice da balança corrente, determinada pelo expressivo aumento das remessas de emigrantes e dos donativos ao Estado de Cabo Verde, bem como pela forte recuperação das receitas de turismo e redução do preço e volume das importações de bens. A evolução menos desfavorável da balança corrente não foi, contudo, suficiente para compensar o aumento das aplicações dos bancos no exterior e a redução dos desembolsos líquidos da dívida pública, levando a uma queda das reservas internacionais líquidas do país.

6.3. Ambiente da indústria

6.3.1. Infraestruturas portuárias

Em relação a infra-estruturas portuárias, é de registar as paralisações ocorridas nos portos de Vale de Cavaleiros, Furna, Porto Novo e São Nicolau, devido as reparações das rampas metálicas para correcção das avarias provocadas pelo embate de navios nas referidas rampas, e que colocaram constrangimentos a operação de carga nesses portos.

Ainda persiste a falta de rampas reguláveis nos portos do Maio, Boavista e Sal, o que impede os ferries da CVFF de escalarem esses portos.

De realçar ainda que em todos os portos escalados pela CVFF as condições de atracação, nomeadamente as defensas, não têm sido as recomendadas para os navios em alumínio, o que tem provocado danos nos cascos do KRIOLA e do LIBERDADI.

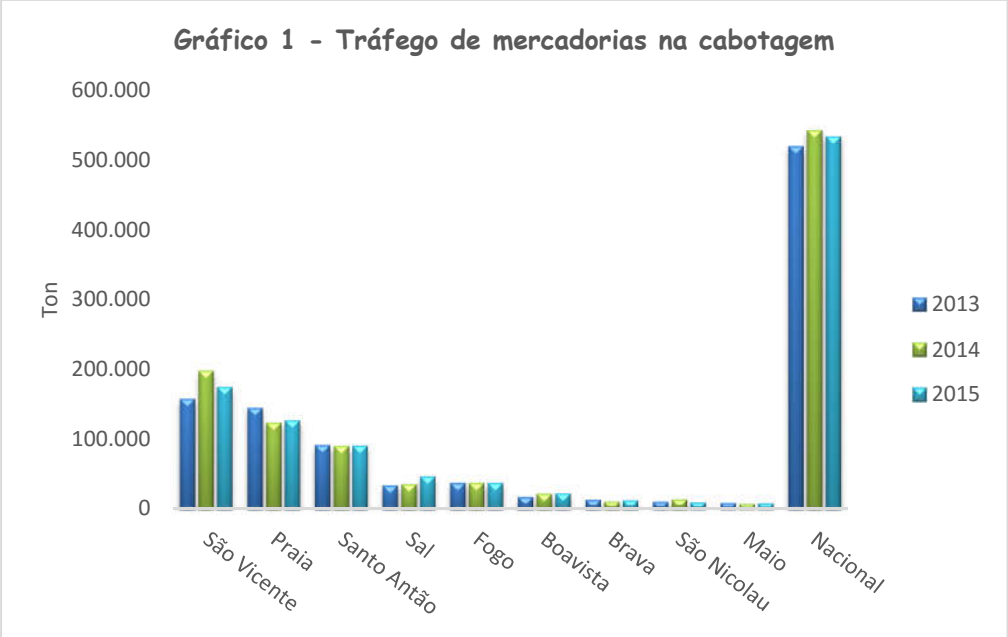
6.3.2. Mercado

Em analise aos dados da ENAPOR, verifica-se que em 2015 o mercado de cabotagem registou um recuo no tráfego de mercadorias e no tráfego de passageiros.

Relativamente ao tráfego de mercadorias (excluindo os graneis líquidos e mercadorias em trânsito), cifrou-se em 533 mil toneladas, o que representa uma ligeira redução de 1,7% relativamente a 2014, merecendo destaque as seguintes variações:

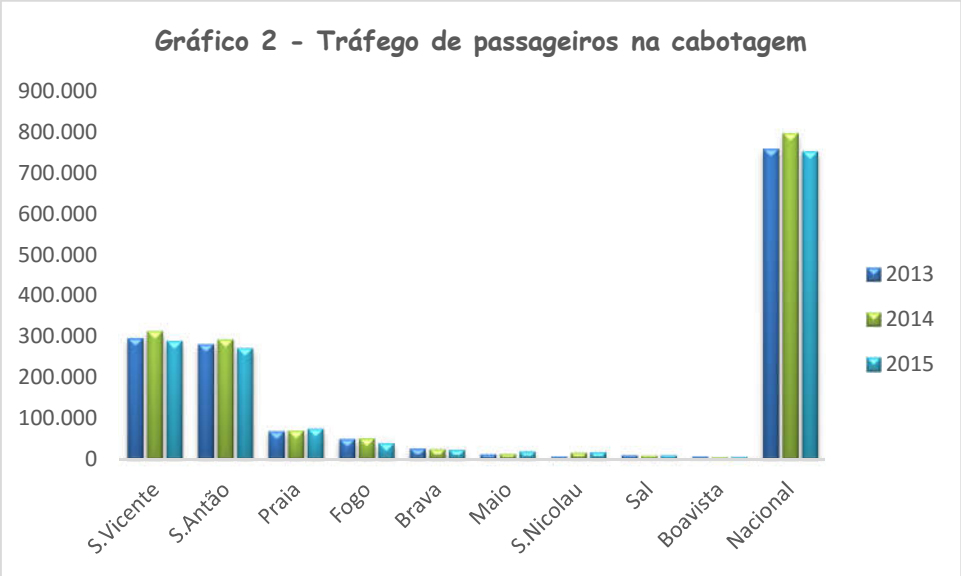
- Aumento do tráfego no porto da Palmeira, ilha do Sal, em cerca de 30%, atingindo a cifra de 47 mil toneladas, aproximando de valores registados nos anos anteriores a 2008;
- A redução de 30% do tráfego no porto do Tarrafal, ilha de São Nicolau, registando 9,9 mil toneladas, que pode ser explicada pela redução das ligações com São Vicente, motivada pela paralisação imposta ao navio KRIOLA;
- Recuperação do tráfego no porto da Furna, ilha Brava, com um crescimento de 15%, invertendo a tendência de queda que se vinha registando desde 2012;
- Ligeira recuperação do tráfego no porto Inglês, ilha do Maio, resultado da assinatura de um contrato de prestação de serviço publico com um operador para a manutenção de ligações mínimas entre Praia e essa ilha.

- Significativa quebra no tráfego no Porto Grande, ilha de São Vicente, com uma redução de 11,7 %, que pelo peso deste porto na cabotagem, foi o principal responsável pela redução verificada a nível nacional, sobrepondo aos crescimentos verificados nos outros portos;



Em relação ao tráfego de passageiros (excluindo os passageiros em trânsito), que se cifrou em 752 mil passageiros, registou-se uma quebra de 5,6%, sendo de assinalar as seguintes variações:

- Acentuada queda no tráfego no porto de Vale dos Cavaleiros, ilha do Fogo, perdendo cerca de 11 mil passageiros, o que representa uma redução de 22 %;
- Forte recuperação no tráfego no porto inglês, ilha do Maio, com um crescimento de 42%;
- A redução de 7,13% no porto do Porto Novo, Santo Antão, e de 7,7% no porto Grande, que conjuntamente têm um peso de 75 % no tráfego nacional de passageiros, foram os principais responsáveis pela quebra verificada no mercado.



6.3.3. Concorrência

Contrariando as recomendações emanadas da AMP em 2014, no que tange a aquisições de novos navios, devido à reestruturação do sector marítimo que empunha características mais adequadas aos navios de cabotagem, nomeadamente no quesito idade das embarcações, durante o ano de 2015 foram autorizadas a operar mais 3 navios ro/ro com idades compreendidas entre 35 e 49 anos.

Assim, os concorrentes directos passaram a ser de 4 navios RO/RO (MAR D´CANAL, SOBY, NHO PADRE BENJAMIN e INTER ILHAS) e 2 mistos de passageiros e cargas (SOTAVENTO e DJON DADE).

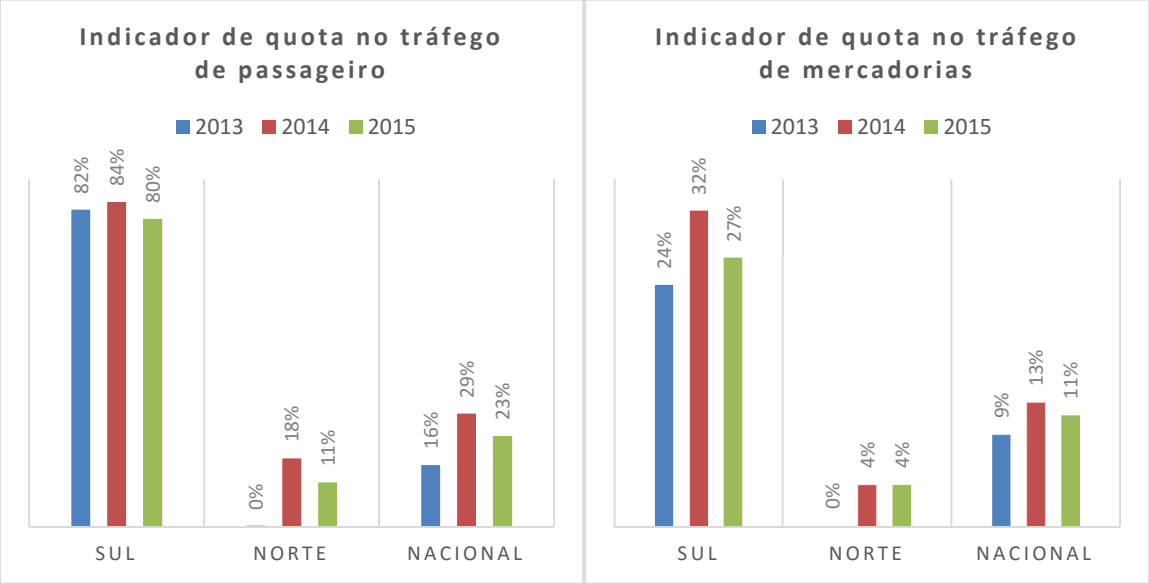
A nível interno, a Cabo Verde Fast Ferry teve que lidar com a paralisação por longos períodos do KRIOLA, limitando a frota disponível da empresa, implicando a saída de algumas linhas e a diminuição de frequência em outras.

Durante 2015, a paralisação do KRIOLA ocorreu em momentos chaves do desenvolvimento das operações, principalmente no norte, tendo sido mais nocivo às operações da empresa do que o aumento e actuação dos concorrentes, para além do impacto na qualidade do serviço prestado a determinados utentes.

6.3.4. Posição no sector marítimo

Os constrangimentos relacionados com a paralisação do Kriola, aliado ao crescimento do tráfego nas ilhas em que a CVFF não opera, fizeram com que a empresa perdesse algum peso no tráfego nacional.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução do peso do tráfego atendido pela CVFF no tráfego de passageiros e mercadorias nas rotas servidas e a nível nacional.



Nos portos escalados da zona sul (Praia, Fogo e Brava), a CVFF manteve a sua posição de líder no segmento dos passageiros e perdeu quota no segmento de mercadorias, tendo sido responsável pelo transporte de 80 % do tráfego de passageiros e 27% do tráfego de mercadorias.

Na zona norte, onde durante seis meses foi obrigada a suspender as ligações entre Santo Antão e São Vicente, e ajustar o numero de ligações entre São Vicente e São Nicolau, a CVFF recuou em termos de quota no segmento de passageiros e estagnou no segmento de mercadorias, tendo transportado 11 % do tráfego de passageiros e 4% do tráfego de mercadorias.

O tráfego transportado na zona sul e na zona norte, corresponde a uma quota de mercado nacional de 23 % no trafego de passageiros (29% em 2014) e de 11% no trafego de mercadorias (13% em 2014).

7. Actividade Operacional

Se o ano anterior, 2014, foi o ano de consolidação das actividades operacionais da Empresa, pois, foi o ano do início das operações do ferry Liberdadi, o ano de 2015, que à priori presumia-se ser um ano de ganhos mais consideráveis para a Companhia, apresentou-se pelo contrário, como um ano de vários constrangimentos operacionais, com sucessivas paralisações dos navios.

O Liberdadi logo no início do ano ficou imobilizado durante 9 dias, e o kriola, relacionado a questão da renovação do certificado de navegabilidade, verificou ao longo do ano varias interdições impostas, totalizando quase 6 meses de inoperacionalidade.

Em função disso, apenas com um navio, delineou-se nova estratégia operacional, redefinindo as programação das viagens de modo a salvaguardar, por um lado, o compromisso contratual com o Estado de Cabo Verde em garantir as ligações entre as Ilhas da região sul e, por outro, como forma de minorar os impactos que a suspensão das ligações na zona norte teria sobre as ligações marítimas com a ilha de São Nicolau, manter e reforçar as ligações entre Praia-S.Nicolau-S.Vicente

A reorganização das operações da empresa, motivada pela diminuição de navios disponíveis na frota, teve implicações incontornáveis na oferta de serviços em todas linhas, levando a consequente quebra do número de passageiros e mercadorias transportadas na maioria das linhas servidas.

7.1 Região Sul

7.1.1 Movimentação de Passageiros

O fluxo de passageiros na região sul durante o ano de 2015 sofreu uma diminuição na ordem dos 11.7%, comparativamente ao ano anterior, representando um total de 51.653 passageiros transportados.

Registou-se uma quebra na movimentação de passageiros em quase todos os percursos, exceptuando as linhas Brava-Praia e Praia-Brava que apresentaram um aumento de 6.5% e 10% respectivamente.

Era expectável esse decréscimo, tendo em consideração as interrupções das viagens, motivadas pela paralisação do Kriola, e os cancelamentos de viagens devido ao estado do

tempo. Outro aspecto que pode estar na origem da diminuição do número de passageiros, principalmente nos percursos Fogo-Praia e Praia-Fogo, que registaram uma quebra de 17,2% e 14,7% respectivamente, deve-se à provável quebra de confiança dos passageiros nos transportes marítimos, motivada pelos trágicos acontecimento do início do ano.

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Fogo	Praia Brava	Fogo Brava	TOTAL:
2013	8.495	4.450	17.419	16.540	4.251	8.337	59.492
2014	8.317	3.978	17.752	16.677	3.814	7.940	58.478
2015	7.290	4.236	14.696	14.232	4.197	7.002	51.653
Variação	-12,3%	6,5%	-17,2%	-14,7%	10,0%	-11,8%	-11,7%

Quadro Evolução - Trafego de Passageiros Região Sul

7.1.2 Movimentação de Mercadorias

A movimentação de mercadoria na região sul teve uma oscilação negativa na maioria dos percursos, registando de modo global uma diminuição de 12,8%, conforme sintetiza o quadro abaixo.

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Fogo	Praia Brava	Fogo Brava	TOTAL:
2013	1.398	2.026	6.348	8.833	2.969	2.232	23.806
2014	1.475	2.023	8.004	9.771	2.444	2.264	25.982
2015	1.353	1.957	6.601	8.142	2.763	1.842	22.658
Variação	-8,3%	-3,3%	-17,5%	-16,7%	13,0%	-18,6%	-12,8%

Quadro Evolução - Trafego de Mercadorias Região Sul

7.1.3 Movimento do Navio

Em relação ao movimento do navio, salvaguardou-se o contrato inicial assumido com o Estado de Cabo Verde em assegurar o serviço público, garantindo as ligações entre as Ilhas da Brava – Fogo – Praia. Assim, conseguiu-se manter uma média de 3 viagens semanais com a Praia e 4 a 5 viagens semanais entre Fogo e Brava. A ligeira redução de 4,5 % no número de ligações

nesta rota foi necessária para permitir a manutenção e o reforço das ligações entre Praia – S.Nicolau - S.Vicente.

Ano	Brava Fogo	Brava Praia	Fogo Praia	Praia Fogo	Praia Brava	Fogo Brava	TOTAL:
2013	256	185	186	186	185	256	1254
2014	264	183	182	183	181	240	1233
2015	250	172	172	171	171	242	1178
Variação	-5,3%	-6,0%	-5,5%	-6,6%	-5,5%	0,8%	-4,5%

Quadro Evolução - Movimento Navio Região Sul

7.2 Região Norte

7.2.1 Movimentação de Passageiros

Na região norte, tendo em conta que as linhas entre Santo Antão, São Vicente e São Nicolau, não foram exploradas na totalidade do ano, verificando-se suspensão dos serviços entre Santo Antão –São Vicente e redução das ligações no percurso São Vicente e São Nicolau, os fluxos de modo geral tiveram um acentuado decréscimo.

Relativamente ao movimento dos passageiros, registou-se uma diminuição de 43%, representando menos de 22.050 passageiros transportados do que o ano anterior, com destaque para as linhas São Vicente-Santo Antão e São Nicolau-Santo Antão, com reduções na ordem dos 54% a 56%.

Ano	SA-SN	SN-SA	SA-SV	SV-SA	SV-SN	SN-SV	TOTAL:
2014	151	306	21.425	15.578	7.136	7.239	51.835
2015	126	134	12.863	7.204	4.931	4.524	29.782
Variação	-17%	-56%	-40%	-54%	-31%	-38%	-43%

Quadro Evolução - Trafego de Passageiros Região Norte (SA-SV-SN-SA)

Quanto à ligação Sul-Norte, procedeu-se ao incremento das ligações entre Praia-São Nicolau-São Vicente, tendo registado um aumento de 543 passageiros transportados, o que representa uma variação positiva de 9% relativo ao ano anterior.

De salientar o forte crescimento da procura dos serviços da CVFF entre São Vicente e Praia, tendo superado as quebras verificadas entre São Nicolau e Praia, permitindo assim a variação positiva verificada

Ano	PR-SN	PR-SV	SN-PR	SV-PR	Total
2014	1.357	1.980	1.577	1.399	6.313
2015	1.231	2.169	1.334	2.122	6.856
Variação	-9%	10%	-15%	52%	9%

Quadro Evolução - Trafego de Passageiros Pr-Sn & Pr-Sv

7.2.2 Movimentação de Mercadorias

No tráfego de mercadorias na região norte, à semelhança do verificado no trafego de passageiros, embora as causas tiveram um menor impacto, registou-se uma diminuição de 9%, comparativamente ao ano anterior. A única ligação a registar um aumento considerável de 24%,foi entre São Vicente e São Nicolau, onde os serviços não foram interrompidos.

Ano	SA-SV	SV-SA	SV-SN	SN-SV	TOTAL:
2014	2.029	1.283	777	738	4.843
2015	1.693	1.015	963	730	4.401
Variação	**-17%**	**-21%**	**24%**	**-1%**	**-9%**

Quadro Trafego de Mercadorias: SA-SV-SN

Em relação ao tráfego de mercadorias entre Praia – São Nicolau e Praia - São Vicente, manteve-se a tendência do ano anterior, registando-se um aumento 7%, correspondente a 3420 toneladas transportadas.

Ano	PR-SN	PR-SV	SN-PR	SV-PR	Total
2014	1 448	415	1 150	191	3 205
2015	1 024	846	1 073	477	3 420
Variação	-29%	104%	-7%	149%	7%

7.2.3 Movimento do Navio

Quanto ao movimento de navio entre Santo Antão-São Vicente-São Nicolau a suspensão temporária da rota, derivado da paralisação do Kriola, resultou em menos 404 viagens realizadas, o que correspondeu a um decréscimo de 40%.

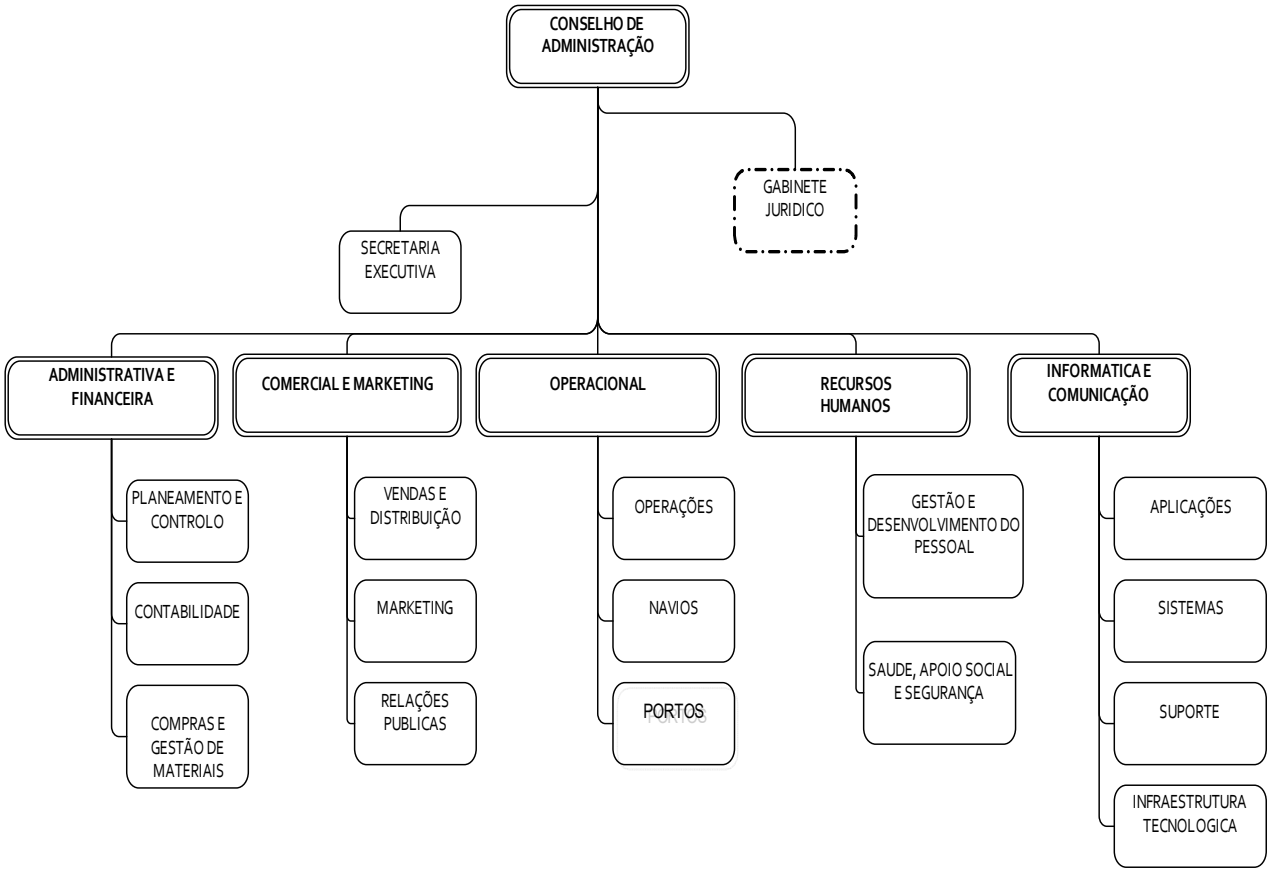
Ano	SA-SV	SV-SA	SV-SN	SN-SV	TOTAL:
2014	431	426	81	81	1019
2015	251	246	59	59	615
Variação	-42%	-42%	-27%	-27%	-40%

Quadro Movimento Navio: SA-SV-SN-SV-SA

Nas linhas Praia-São Nicolau-São Vicente houve um aumento de 5 ligações, correspondente á 17%.

Ano	Praia-São Nicolau-São Vicente
2014	30
2015	35
Variação	17%

8. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa



9. Recursos Humanos

Em 31/12/2015, o Quadro do Pessoal da CVFF apresentava um total de 59 colaboradores no activo, sendo 49 do quadro efectivo. Nesse ano, a CVFF levou a cabo 18 novas admissões, sendo 7 eram em regime de substituição da tripulação nos navios da CVFF, devido à especificidade dos direitos laborais do pessoal marítimo, e 9 para preencher o número de efectivos da organização.

Relativamente à organização, os efectivos encontram-se distribuídos conforme os quadros abaixo :

Quadro de evolução - Efectivos por Área de Serviço

Área		2014	2015
Administração	Financeiro	3	4
	Informática e Marketing	2	2
	Recursos Humanos	1	1
Operacional / Agências	MOC	2	3
	Plateau	3	3
	Terminal Cargas	3	5
	Porto Fogo	3	3
	Porto Brava	2	2
	Mindelo	3	3
	Porto Novo	3	3
Unidades Marítimas	KRIOLA	12	12
	LIBERDADI	8	8
	Total	45	49

Quadro de Efectivos - Qualificação

Formação	2014	2015
Ensino Primário	3	3
Ensino Secundário (12º)	14	13
Formação profissional	5	7
Bacharel	6	8
Curso Superior	17	18
Total	45	49

Quadro de Efectivos - Género

Género	2014	2015
Femenino	18	18
Masculino	27	31
Total	45	49

10. Sistema de Informação

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de melhoria, principalmente dos sistemas de venda de bilhetes e emissão de ordens de embarque, em 2015 o Departamento de IT retomou o processo de levantamento de requisitos para apoiar no desenvolvimento de novas soluções que garantam uma maior integração e operacionalização dos sistemas e na disponibilização de ferramentas que possibilitarão uma maior eficiência dos serviços.

Com a perspetiva de crescimento dos serviços, derivado da entrada do navio "PRAIA D'AGUADA", cujo modelo de funcionamento implicará mudanças nos processos atuais de venda de bilhetes e processamento de cargas, vem-se preparando soluções nas plataformas de venda, nomeadamente, disposição dos assentos dos salões de passageiros, estrutura dos espaços de cargas, escalas, entre outros que ajudarão na sua operacionalização.

Na sede da empresa, fez-se uma reestruturação da infraestrutura da rede, com a virtualização do servidor principal, permitindo assim a separação do servidor de aplicação do servidor de Autenticação e Dados, o que permitiu uma melhoria significativa na performance do sistema de Gestão Integrado – "Gestware". Além dessa divisão foi ainda implementada uma nova "VPN" – Rede Privada Virtual, que permite aos utilizadores acederem a mesma aplicação e outros recursos mesmo estando fora da Rede interna da empresa.

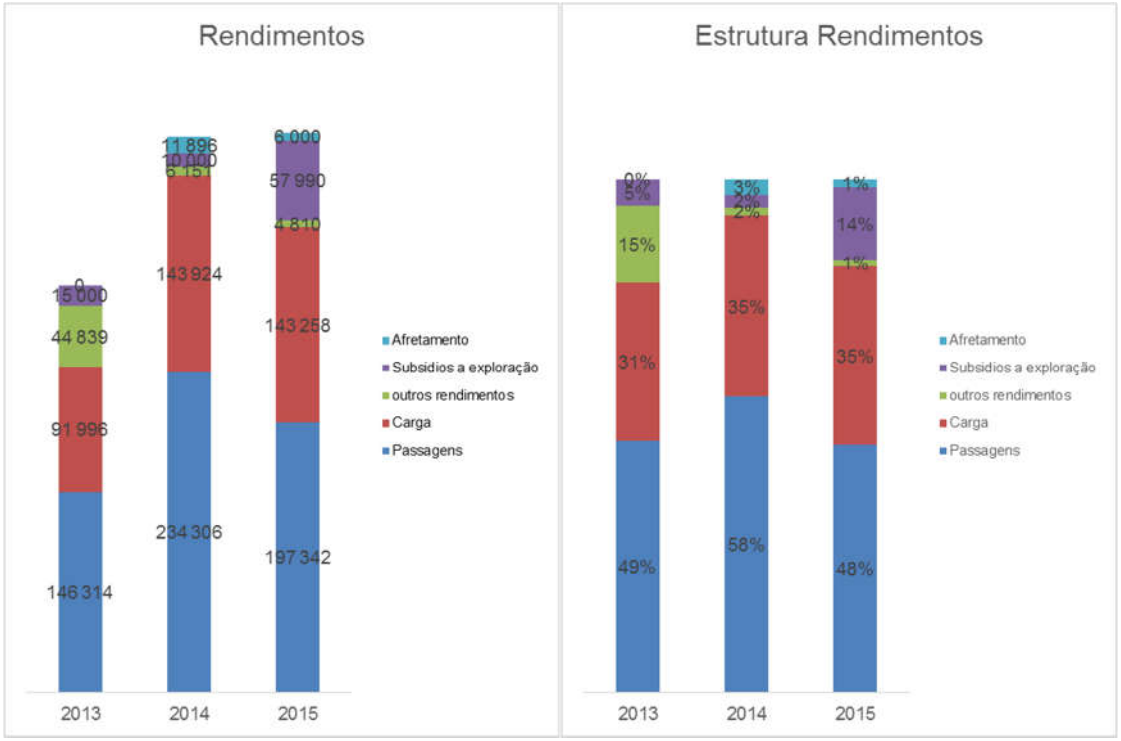
Quanto às outras agências, manteve-se a mesma estrutura de comunicação, adequada às suas necessidades, com o monitoramento regular da utilização dos recursos, apoio "Help Desk", e manutenção pontuais, sempre que necessário.

Foi um ano positivo, pelo que a continuidade será a chave para o alcance dos objetivos pretendidos.

11. Análise Económica e Financeira

11.1 Situação Económica

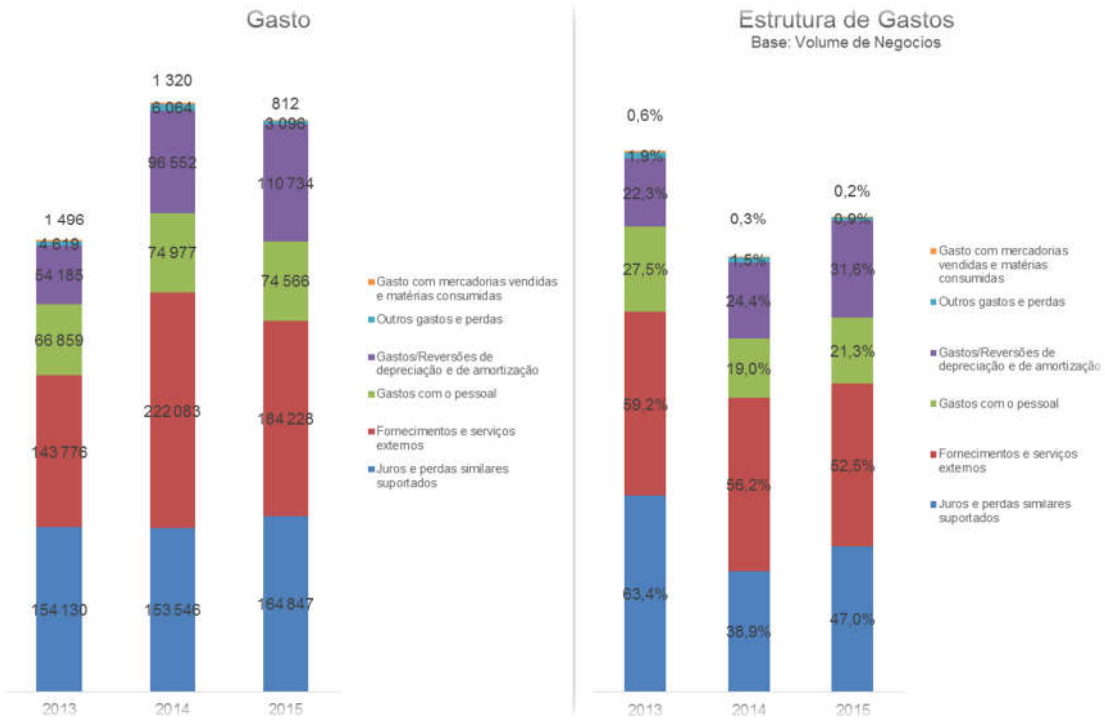
O ano 2015 ficou marcado pela suspensão dos serviços na rota das ilhas do norte, motivadas pela paralisação imposta ao KRIOLA, o que naturalmente repercutiu no comportamento dos Rendimentos e Gastos



Na análise dos rendimentos, que apesar dos constrangimentos mantiveram no mesmo patamar que os registados em 2014, com um ligeiro crescimento de 0,7%, merecem referência as seguintes rubricas:

- Os rendimentos relacionados com a prestação de serviço de transporte de passageiros registaram uma redução de 15,72%, menos mESC 36.964 que o período homólogo, resultado da redução dos rendimentos na rota norte (-34%), que esteve suspensa durante 6 meses, e na rota sul (-12%), onde se verificou quebra acentuada no tráfego de passageiros no porto de vale dos cavaleiros no Fogo. De assinalar o crescimento de 9% nos rendimentos registados na rota Sul-Norte.
- Os rendimentos relacionados com a prestação de serviço de transporte de carga, menos afectados pelos constrangimentos ocorridos, registaram uma redução de 1 %. De salientar que o crescimento dos rendimentos na ordem dos 44% na linha São Vicente-São Nicolau, onde decidiu-se por manter as ligações, embora em menor frequência, aliado ao aumento dos rendimentos na rota Sul-Norte (6,5%), onde foi reforçado o numero de ligações, diminuíram o impacto das reduções verificadas na rota sul e na linha Santo Antão – São Vicente.
- Os subsídios à Exploração, no montante de mESC 57 990, registaram um aumento de mESC 47 990. Esta rubrica contempla mESC 5 000 de indemnizações compensatórias de 2015 referentes ao contrato de prestação de serviço público de transporte marítimo na rota sul (Praia – Fogo-Brava) e a compensação de mESC 52 990 pela prestação de serviço público durante 2014 na rota norte (São Vicente – São Nicolau) e na ligação Praia-São Nicolau, linhas reconhecidamente deficitárias, conforme proposta enviada e aprovada pelo MIEM.
- O valor de mESC 6.000 registado na rubrica de afretamentos corresponde ao reconhecimento do remanescente do contrato de afretamento assinado com o Estado em Dezembro de 2014, no montante de mESC 17 896, de modo a cobrir a suspensão temporária das ligações aéreas na ilha do Fogo durante o período de contingência derivada da erupção vulcânica.

No que tange aos gastos, os gráficos abaixo apresentam a sua evolução e estrutura.



Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas, representam na sua totalidade os gastos de aquisição dos produtos vendidos a bordo dos navios. Em 2015 o valor situa-se em mESC 812 (mESC 1 320 em 2014) o que representa uma diminuição de 38.5% face ao ano 2014.

No que se refere aos gastos com fornecimento e serviço externo, o ano 2015 apresenta uma diminuição de 16.6% em relação ao ano anterior, situando-se em mESC 184 228 (mESC 222 083 em 2014). Tal variação deve-se à diminuição da frequência das rotas S. Antão – S. Vicente e S. Vicente – S. Antão com a paragem da KRIOLA, o que naturalmente implicou a diminuição de alguns gastos diretos da operação, nomeadamente:

- O gasto com combustível, cujo peso nos FSE é de 54%, atingiu o montante de mESC 101 080 (mESC 139 535 em 2014), representando uma diminuição de 28%, resultado do efeito conjugado da forte descida do custo médio dos combustíveis e da redução das quantidades consumidas.

- Nos gastos com serviços portuários, que incluem AMP e ENAPOR, registou-se o montante de mESC 33 409 (mESC 35 252 em 2014), o que corresponde a um

decréscimo de 5.2%, influenciado pelo número e tempo de escalas nos portos e, também, pela quantidade de passageiro e carga transportados.

- A comissão paga às agências atingiram a importância de mESC 7 510 (mESC 8 111 em 2014), o que corresponde a uma diminuição de 7.4% justificada pela evolução desfavorável da venda de bilhetes de passagem.

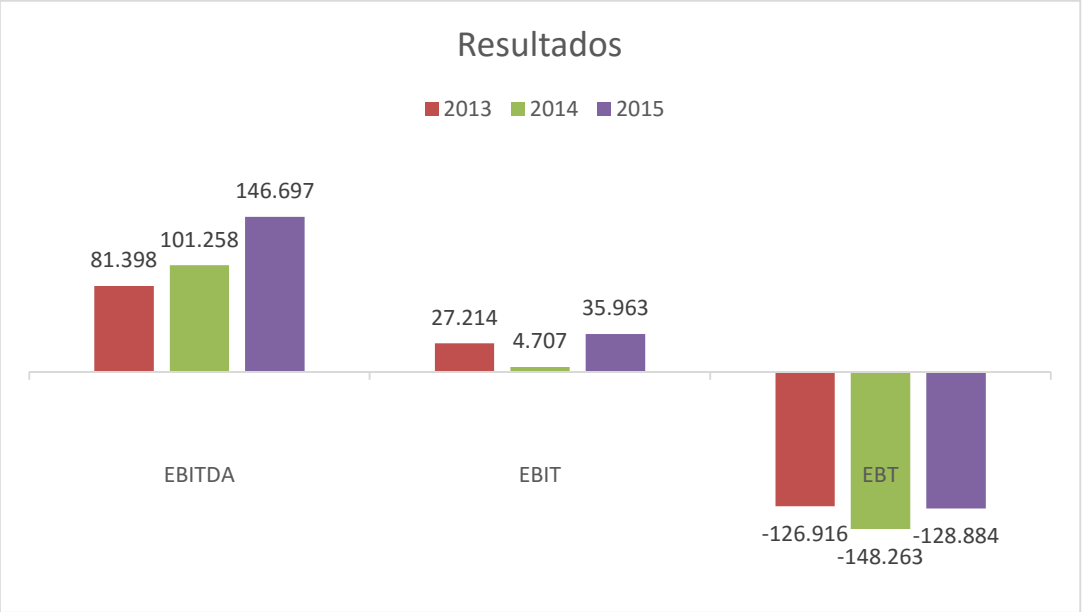
- Contrariamente dos demais gastos, as rendas e alugueres aumentaram cerca de 15.8%, justificada sobretudo pela necessidade de aluguer de viaturas para atender ao transporte de cargas.

O gasto com o pessoal manteve-se praticamente no mesmo patamar comparado ao ano anterior, registando um total de mESC 74 566 (mESC 74 977 em 2014).

Os gastos com depreciação ascendem a mESC 110 734 (mESC 96 552 em 2014), o que representa um aumento de 14.7% em relação ao ano anterior, justificado pelo facto de em 2014 a depreciação do navio LIBERDADI ter iniciado a partir de Abril, período em que entrou em operações.

Quanto aos juros suportados com os empréstimos, a variação foi de 8.8% face ao ano anterior (mESC 167 063 em 2015; mESC 153 546 em 2014) reflectindo essencialmente o aumento da taxa de juros obrigacionista acordado, que passou de 8.75% em 2014 para 10% em 2015.

A evolução dos rendimentos e dos gastos explicitados acima teve um impacto positivo nas contas de exploração, registando uma melhoria de 13% nos resultados líquidos, conforme ilustra o gráfico abaixo:



Em relação ao EBITDA, a empresa vem registando uma evolução favorável ao longo dos anos, crescendo, em 2015 , 44% face ao ano 2014.

O EBIT, após o decrescimento verificado em 2014 e apesar do aumento das depreciações em 2015, registou um crescimento assinalável, tendo atingido o montante de mESC 35 053 (mESC 4 707 em 2014).

Quanto ao EBT, verifica-se uma evolução positiva de 17% face ao ano anterior. A Cabo Verde Fast Ferry continua a registar prejuízos, em 2015, totalizando cerca de mESC 128 884 (mESC 148 263 em 2014). Apesar da evolução positiva das operações da empresa, reflectida na tendência de crescimento do EBITDA, estas continuam a ser insuficientes para cobrir os gastos financeiros relacionados com o modelo de financiamento do investimento nas duas unidades.

11.2 Situação patrimonial

BALANÇO	31/12/2015	31/12/2014	Δ Val 14/13	Δ % 14/13
Activo não corrente	1 697 437	1 783 416	(85 979)	-5%
Activo corrente	93 047	46 936	46 112	98%
ACTIVO TOTAL	**1 790 484**	**1 830 352**	**(39 868)**	**-2%**
Capital realizado	110 000	110 000	-	0%
Prestações suplementares	22 962	22 962	-	0%
Resultados transitados	(700 057)	(551 794)	(148 263)	27%
Resultado líquido	(128 884)	(148 263)	19 380	-13%
CAPITAL PRÓPRIO	**(695 979)**	**(567 095)**	**(128 884)**	**23%**
Passivo não corrente	1 818 961	1 875 489	(56 528)	-3%
Passivo corrente	667 502	521 958	145 544	28%
PASSIVO TOTAL	**2 486 463**	**2 397 447**	**89 016**	**4%**

No final de 2015 a posição patrimonial da cabo Verde Fast Ferry apresenta as seguintes variações:

Activo não corrente – A variação apresentada nesta rúbrica corresponde sobretudo ao valor das depreciações anuais (mESC 110 734) e dos investimentos no navio PRAIA D´AGUADA (mESC 23 176).

Activo corrente – a variação mais significativa nesta rubrica decorre do aumento da rubrica contas a receber, resultado do reconhecimento da indemnização compensatória a receber do Estado, no montante de mESC 52 990, pela prestação do serviço público nas linhas deficitárias.

Capital próprio – esta rúbrica apresenta valores negativos na ordem dos mESC 695 979, o que representa uma degradação de 23% relativamente a Dezembro de 2014, resultado da acumulação dos prejuízos desde 2008. Sendo assim, o Conselho de Administração propõe aos Acionistas que sejam tomadas as medidas impostas pelo artigo 137º do código das empresas comerciais.

Passivo não corrente – De assinalar nesta rubrica os desembolsos no valor de mESC 18.157 feitos pela Direcção Geral do Tesouro no quadro do empréstimo concedido para reparação do Navio PRAIA D´AGUADA.

Merece ainda destaque o financiamento no montante de mESC 60 0000, contraído junto da CECV, sendo mESC 30 000 para liquidar o remanescente do empréstimo de mESC 80 000 junto da CECV e os restantes mESC 30 000 para apoio à tesouraria.

De referir a transferência de mESC 155 932 para a rubrica passivo corrente, correspondente aos reembolsos previstos para 2016.

Passivo corrente – esta rúbrica apresenta um aumento de 26% relativamente ao ano anterior, totalizando o montante mESC 667 502 (mESC 521 958 em 2014). Na base desse aumento temos essencialmente:

- Aumento de mESC 16 103 na rubrica de Estados e outros entes Públicos.
- Aumento de mESC 116 560 dos juros obrigacionistas em atraso, que totalizaram mESC 368 952 (m ESC 252 392 em 2014).

12 Perspectivas de evolução futura

Atendo que durante o ano de 2015 não se registou a tomada de decisões relativamente as propostas de reestruturação financeira da empresa e o processo das concessões continua em curso, o foco do Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry para o ano 2016 continua a ser, de entre outros, o de:

- Acelerar o processo de operacionalização da unidade PRAIA D´AGUADA, com o objectivo de implementar o seu plano de operações que cobre a maioria das ilhas do arquipélago;
- Acelerar o processo de contratualização com o Estado de Cabo Verde de uma das Concessões de transporte marítimo inter-ilhas, com base na proposta apresentada ao MIEM - DGMT;
- Continuar a mobilizar recursos para o seu equilíbrio financeiro, conjugando os esforços da sua actividade, bem como de parceiros, para a obtenção de melhores fontes de financiamento;
- Mobilizar os Accionistas no sentido de resolver a situação de capital próprio negativo, por forma a credibilizar a empresa no mercado, permitindo o acesso ao contracto de concessão de linhas e fontes de financiamento mais favoráveis;
- Manter as negociações com os obrigacionistas por forma a concretizar uma solução efectiva de pagamento dos juros em atraso, com base na evolução perspectivada do negócio, com as concessões;

- Reorganizar a empresa e a sua estrutura funcional para responder, efectivamente, às necessidades de funcionamento, dotando-a de uma organização capacitada e competente, à altura da exigência técnica da sua área de actividade;
- Concluir a elaboração de um conjunto de normativos internos para as diversas áreas de serviço e de gestão dos seus recursos, com vista a introduzir qualidade na gestão dos seus processos;
- Implementar um serviço para carga, próprio, de ou em parceria com terceiros, com vista a ganhos de eficiência e controle, através de operacionalização de espaços de recepção e tratamento de cargas, prestando um serviço de qualidade aos seus clientes;
- Continuar a desenhar medidas, soluções, e práticas, que resultem em melhorias nas operações das suas unidades, bem como dos serviços;
- Manter uma política de racionalização dos gastos;

- Apostar na formação interna como forma de capacitar os efectivos e melhorar os seus índices de performance.

13 Agradecimentos

O Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry manifesta o seu reconhecimento às Autoridades Marítimas, designadamente a ENAPOR, Direcção Geral das Alfândegas, a Agência Marítima e Portuária e a Polícia Marítima, pelo sentido de colaboração revelado ao longo do ano.

Dirige também, uma palavra de especial agradecimento ao Fiscal Único, aos Accionistas e aos Obrigacionistas, bem como a todos os que, no interior da organização, com o seu empenho tornaram possível o serviço prestado pela Cabo Verde Fast Ferry.

A Cabo Verde Fast Ferry agradece, ainda, essencialmente ao Estado de Cabo Verde, aos Clientes e aos Fornecedores, pelo apoio e parceria demonstrado nesta fase crítica da sua existência.

14 Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o prejuízo apurado no exercício económico de 2015, no valor de 132 704 contos, seja transferido para Resultados Transitados.

Praia, *** de Maio de 2015

O concelho de Administração

Paiva Jorge do Rosário, Presidente

Nelson Gee Gregor, Administrador

Aniceto João Silva Soares, Administrador

15. Declaração de Cumprimento

Nos termos e para os efeitos do disposto no código das Sociedades Comercias cada um dos membros do Concelho de Administração da Cabo Verde Fast Ferry S.A. abaixo identificados, nomeadamente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos do previsto no código das Sociedades Comerciais que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontraram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizadas no seio do Concelho de Administração, as demonstrações financeiras da Cabo Verde Fast Ferry S.A. foram elaboradas em conformidades com as normas e princípios contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Cabo Verde Fast Ferry S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2014 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras".

O concelho de Administração

Paiva Jorge do Rosário, Presidente

Nelson Gee Gregor, Administrador

Aniceto João Silva Soares, Administrador

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

BALANÇO		Data de referência	
		31/12/2015	31/12/2014
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Equipamento básico		1 692 930	1 778 323
Equipamento administrativo		2 715	3 668
Equipamentos Transporte		1 791	1 425
Total do activo não corrente		**1 697 437**	**1 783 416**
Activo corrente			
Andiantamento a Fornecedores		2 465	2 100
Clientes	4	17 941	15 844
Estado e outros entes públicos	5	291	286
Contas a receber	6	56 395	15 625
Caixa e depósitos bancários	7	15 658	12 784
Diferimentos		297	297
Total do activo corrente		**93 047**	**46 936**
Total do activo		**1 790 484**	**1 830 352**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	8		
Capital realizado		110 000	110 000
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		22 962	22 962
Resultados transitados		(700 057)	(551 794)
Resultado líquido do período		(128 884)	(148 263)
Total do capital próprio		**(695 979)**	**(567 095)**
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		**(695 979)**	**(567 095)**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	1 818 961	1 875 489
Total do passivo não corrente		**1 818 961**	**1 875 489**
Passivo corrente			
Fornecedores	10	40 589	34 794
Estado e outros entes públicos	5	31 465	15 362
Financiamentos obtidos	9	155 932	152 137
Adiantamentos de Clientes		808	67
Outras contas a pagar	11	418 708	299 599
Diferimentos		20 000	20 000
Total do passivo corrente		**667 502**	**521 958**
Total do passivo		**2 486 463**	**2 397 447**
Total do capital próprio e do passivo		**1 790 484**	**1 830 352**

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 1 DE JANEIRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO 2014

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	PERÍODO		
		2015	2014
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	12	350 683	394 965
Subsídios à exploração	13	57 990	10 000
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		(812)	(1 320)
Resultado operacional bruto		**407 861**	**403 645**
Fornecimentos e serviços externos	14	(184 228)	(222 083)
Valor acrescentado bruto		**223 632**	**181 563**
Gastos com o pessoal	15	(74 566)	(74 977)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		102	164
Outros rendimentos e ganhos	16	625	573
Outros gastos e perdas		(3 096)	(6 064)
Resultado antes de depreciações, amortizações,		**146 697**	**101 258**
Gastos/Reversões de depreciaçãoamortização	3	(110 734)	(96 552)
Perdas de Financiamento		-	-
Resultado operacional		**35 963**	**4 707**
Juros e ganhos similares Obtidos	17		576
Juros e perdas similares suportados	17	(164 847)	(153 546)
Resultado antes de Impostos		**(128 884)**	**(148 263)**
Imposto sobre o rendimento do período	1.8		-
Resultado líquido do período		**(128 884)**	**(148 263)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		**(128 884)**	**(148 263)**
Média Poderada de acções		110 000	110 000
Resultado por acção básico (ESC)	18	(1 172)	(1 348)

CABO VERDE FAST FERRY, SA

SEDE: Plateau - Praia

NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 1 DE JANEIRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO 2014

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
	Notas	2015	2014
Método Indirecto			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(128 884)	(148 263)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações		110 734	96 552
Imparidades (perdas/reversões)		(102)	(164)
Juros e rendimentos similares obtidos		0	(576)
Juros e gastos similares suportados		164 847	153 546
Outros gastos e rendimentos		(625)	(573)
Contas a receber (aumentos/diminuições)		(43 136)	(25 115)
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)		0	(173)
Contas a pagar (aumentos/diminuições)		20 306	19 464
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)		0	(10 000)
Outros activos correntes (aumentos/diminuições)			
Outros passivos correntes (aumentos/diminuições)			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		123 141	84 697
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(24 449)	(96 029)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0	576
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(24 449)	(95 453)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		78 157	129 320
Outras variações no capital próprio		0	0
Outras operações de financiamento		41 182	12 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(179 741)	(122 795)
Juros e gastos similares		(35 417)	(77 945)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(95 818)	(59 420)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)		2 874	(70 176)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		12 784	82 961
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15 658	12 784

CABO VERDE FAST FERRY, SA
SEDE: Plateau - Praia
NIF: 254302033

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2015 E 30 DE DEZEMBRO DE 2015
E 1 DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)					Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2014	1		110 000	22 962	(424 878)	(126 916)	(418 832)	(418 832)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período	4		-	-	-	(148 263)	(148 263)	(148 263)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	(148 263)	(148 263)	(148 263)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações com detentores de capital				-	-		-	-
	3		-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultado de ano anterior					(126 916)			
			-	-	(126 916)	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DE 31-12-2014	1+2+3+4		110 000	22 962	(551 794)	(148 263)	(567 095)	(567 095)
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2015	1		110 000	22 962	(551 794)	(148 263)	(567 095)	(567 095)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período	4		-	-	-	(128 884)	(128 884)	(128 884)
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	(128 884)	(128 884)	(128 884)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações com detentores de capital				-	-		-	-
	3		-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultado de ano anterior					(148 263)			
			-	-	(148 263)	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DE 31-12-2015	1+2+3+4		110 000	22 962	(700 057)	(128 884)	(695 979)	(695 979)

II. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

Informação Geral

A Cabo Verde Fast Ferry, SA (adiante designada por Cabo Verde Fast Ferry ou Sociedade), foi criada em Julho de 2008. O capital social da Sociedade, totalmente realizado no montante de mESC 110 000, é detido por entidades privadas e públicas (ver Nota 8).

O objecto social da Cabo Verde Fast Ferry, definido pelos seus Estatutos, consiste no exercício da atividade de exploração de navios próprios de comércio de transporte marítimo, de mercadorias e passageiros.

0. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 18 de Maio de 2016

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis compreendem (i) três barcos ("KRIOLA", "LIBERDADI" e "PRAIA D´ AGUADA"), o último se encontra em curso, expressos ao (a) custo de construção, acrescido dos respectivos encargos financeiros e outros gastos, nos casos de "KRIOLA" e "LIBERDADI", e (b) ao valor de aquisição, acrescido de encargos adicionais, no caso do Praia D'Aguada, e (ii) equipamentos administrativos e de transporte, expressos ao custo de aquisição, o qual inclui o preço de factura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquidos das respectivas depreciações acumuladas (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provado que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o gasto do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Depreciações

Os navios Kriola e Liberdadi entraram em operação em Janeiro de 2011 e Abril de 2014, respectivamente, e estão sendo depreciados pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, ao longo de um período de 17 anos (Taxa anual de 5.88%), o qual reflete razoavelmente a sua vida útil estimada segundo a construtora, DAMEN.

As depreciações dos equipamentos administrativos e de transporte são calculadas sobre os valores de aquisição pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas de 12.5% e 20%, respectivamente, reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

1.2 Ativos intangíveis e amortizações

Representam o software informático, totalmente amortizado pelo método das quotas constante num período de 3 anos.

1.3 Imparidade de Ativos

Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4 Contas a receber de Clientes e de Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média do mercado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 7).

1.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

1.6 Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital

1.7 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respectivos gastos de transação, quando incorridos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e integram o custo dos barcos que financiam durante o período de construção. Após esse período são contabilizados na rubrica de Resultados financeiros da demonstração de resultados. Os empréstimos são registados pelo valor líquido dos gastos de operação, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.8 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

A Sociedade obteve o Certificado do Investidor Externo, o qual confere determinados incentivos e facilidades previstos na Lei para o respectivo sector de atividade, no caso o marítimo, nomeadamente a isenção do Imposto Único sobre Rendimentos (IUR) durante um período de cinco anos (2011 a 2015).

Findo o período de isenção, a Sociedade ficará abrangida pelo Decreto-Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro de 2015, que aprovou o Regulamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são susceptíveis de dedução a lucro fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência. Usufruindo de isenção de 100% nos cinco (5) primeiros anos, os prejuízos fiscais dos exercícios de 2010 a 2015 não geram impostos diferidos ativos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2011 a 2015 podem vir a ser corrigidos.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.9 Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado (i) que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efectuadas as transações com o estrangeiro e (ii) as vendas e compras são efectuadas em Escudos e (iii) os financiamentos expressos em Escudos.

1.10 Risco de taxa de juro

Os principais empréstimos vencem juros à taxa fixa, embora tenham sido objecto de negociações, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "swaps" de taxas de juro.

Um dos empréstimos vence juros à taxa variável, encontrando-se, por isso, a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. No entanto, existe a possibilidade de no início de cada período de contagem dos juros se optar por uma taxa fixa. Não existem "swaps" de taxas de juro.

1.11 Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos, pode ser apresentada da seguinte forma:

	mESC	
	2015	2014
Fundo de Maneio (Capital Permanente - Activo Fixo Ñ Corrente)	(574 455)	(475 022)
Necessidades Cíclicas de exploração	77 093	33 855
Recursos Cíclicos de exploração	72 862	50 222
Necessidades Cíclicas - Recursos Cíclicos	4 231	(16 368)
Tesouraria Activa	15 954	13 081
Tesouraria passiva	594 640	471 736
Tesouraria Líquida (Tesouraria Activa - Tesouraria passiva)	**(578 686)**	**(458 655)**

Conforme evidenciado acima, em 2015, a tesouraria da Sociedade continua a ser negativa e com uma evolução desfavorável.

A Sociedade espera suprir as suas necessidades de tesouraria em 2016 com (i) a operacionalização da embarcação Praia D'Aguada, o que permite alargar a base de receitas, (ii) reforçar o fundo de maneio da empresa pela entrada de Capitais Permanentes, preferencialmente pela via dos Capitais Próprios; (iii) negociação com os obrigacionistas institucionais de referência no sentido de transformar os juros vencidos na ordem dos mESC 368 952 em financiamento de médio prazo, objectivo esse concretizado em Fevereiro de 2016 (ver Nota 23) e que vai permitir a diminuição das necessidades de liquidez para 2016 em cerca de mESC 370 142, (iv) manutenção do apoio financeiro por parte dos acionistas, com especial destaque para o Estado, e (v) garantir por parte do Estado a atribuição de uma das concessões definidas no quadro dos estudos de reestruturação do sector.

1.12 Reconhecimento do rédito

Vendas e prestações de serviços

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como proveito do exercício, independentemente do transporte ter sido ou não efectuado, dado que, regra geral, os bilhetes são utilizados nas viagens para que foram emitidos.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que as vendas são efectuadas.

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar a Sociedade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

1.13 Créditos e débitos em moeda estrangeira

As transações foram efectuadas essencialmente em Euros, cuja paridade face ao Escudo é fixa. Existindo transações em outra moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data

em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como os potenciais, são reconhecidas nos resultados.

1.14 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras Contas a pagar (ver Nota 11) e Outras Contas a receber (ver Nota 6).

1.15 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas e os tripulantes dos navios têm anualmente direito a quatro meses de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras Contas a pagar (ver Nota 11).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.16 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

2. Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os 3 meses. Adicionalmente consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações Financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a 3 meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa, assim como os apoios de tesouraria de curto prazo, obtidos ou concedidos de Bancos ou de participantes de capital.

3. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas são como se segue:

	Equipamento Básico			Equipamento transporte	Equipamento adminis-trativo
	Em curso	Firme	Total		
POSIÇÃO A 01 DE JANEIRO DE 2014					
Valor de aquisição	1 024 965	900 114	1 925 078	348	5 229
Depreciação acumulada	-	(159 144)	(159 144)	(140)	(2 225)
Valor escriturado	**1 024 965**	**740 969**	**1 765 934**	**209**	**3 003**
VARIAÇÕES EM DEZEMBRO 2014					
Valor liquido inicial	1 024 965	740 969	1 765 934	209	3 003
Transferências	(945 770)	945 770	-	-	-
Aquisições	106 491	952	107 443	1 608	1 771
Depreciação do exercicio	-	(95 054)	(95 054)	(391)	(1 107)
Valor liquido	**185 686**	**1 592 638**	**1 778 323**	**1 426**	**3 667**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
Valor de aquisição	185 686	1 846 836	2 032 521	1 956	6 999
Depreciação acumulada	-	(254 198)	(254 198)	(530)	(3 332)
Valor escriturado	**185 686**	**1 592 637**	**1 778 323**	**1 425**	**3 668**
VARIAÇÕES EM DEZEMBRO 2015					
Valor liquido inicial	185 686	1 592 637	1 778 323	1 425	3 668
Aquisições	23 176	431	23 607	946	202
Depreciação do exercicio	-	(109 000)	(109 000)	(580)	(1 154)
Valor liquido	**208 862**	**1 484 069**	**1 692 930**	**1 791**	**2 715**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015					
Valor de aquisição	208 862	1 847 267	2 056 128	2 902	7 201
Depreciação acumulada	-	(363 198)	(363 198)	(1 111)	(4 486)
Valor escriturado	**208 862**	**1 484 069**	**1 692 930**	**1 791**	**2 715**

As adições em 2015 de mESC 23 176 em Equipamento básico em curso em 2015 (mESC 23 176) e em 2014 (mESC 106 491 relacionam-se com trabalhos de reparação efectuados no navio Praia D´ Aguada.

As adições em Equipamento de transporte no montante de mESC 946 dizem respeito à aquisição de uma viatura para serviços de transporte de cargas inter-ilhas.

As transferências de mESC 945 770 referiam ao custo do navio "LIBERDADI" recepcionado em Março de 2014 e que entrou em operações em Abril de 2014.

4. Clientes

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2015	**2014**
Instituções públicas	4 732	5 689
Partidos políticos	1 760	1 744
Camara Minicipal doTarafal de S. Nicolau	1 108	578
Ímpar CV	923	1 076
TACV	826	1 111
Outras	8 621	5 674
	17 969	**15 872**
Imparidade de dívidas de Clientes	(28)	(28)
	17 941	**15 844**

As perdas por imparidades acumuladas não registaram qualquer movimento em 2015. Em 2014 haviam sido revertidas em mESC 164, referentes à recuperação de um saldo considerado em imparidade. O saldo em 31 de Dezembro de 2015 é considerado adequado face aos riscos de cobrança identificados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial

5. Estado e outros entes públicos

O saldo devedor de mESC 291 (2014: mESC 286) compreende, essencialmente, retenção de IUR sobre juros de obrigações e juros de depósito a prazo.

O saldo credor de mESC 31 465 (2014: mESC 15 362) compreende, essencialmente, (i) mESC 8 669 (2014: mESC 8 467) de retenções efectuadas no processamento de remunerações do pessoal, (ii) mESC 6 365 (2014: mESC 4 737) de contribuições da Sociedade para a previdência social e (iii) mESC 15 790 (2014: mESC 2 106) referentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado a pagar ao Estado, relativos aos anos de 2014 e 2015, dos quais mESC 8 271, mESC 5 159 e mESC 13 924, respectivamente, se encontram em mora à data do balanço.

6. Outra contas a receber

	mESC	
	2015	**2014**
Ministério das Infrastruturas	52 990	11 896
Agências de viagem	3 998	4 423
Outras	35	35
	57 023	**16 355**
Imparidade de dívidas a receber	(627)	(730)
	56 395	**15 625**

Ministério das Infraestruturas

O saldo de mESC 52 990 representa o acréscimo de rendimento derivado da compensação financeira pela prestação do serviço público nas ilhas do norte durante o ano de 2014, linhas reconhecidamente deficitárias, com destaque para

as ligações com a ilha de São Nicolau, conforme proposta financeira de prestação de serviço público de transporte marítimo apresentado pela Cabo Verde Fast Ferry e aprovada pelo Ministério das Infraestruturas em Dezembro de 2015.

Os subsídios de 2015, no montante de mESC 5 000, foram pagos pelo Estado de Cabo Verde em Dezembro 2015.

Em 2014, o saldo correspondia ao acréscimo de rendimentos pelo reconhecimento de um contracto de afretamento assinado com o Estado no sentido de se fazer duas viagens extras semanalmente para a ilha do Fogo na sequência da suspensão temporária das ligações aéreas, enquanto prevaleceu a situação de contingência da referida ilha derivada da erupção vulcânica.

Agências de viagem

O saldo representa valores a receber pela venda de bilhetes de passagem, já deduzidos das comissões.

As perdas por imparidade acumuladas no exercício de 2015 foram revertidas em mESC 103, referentes à recuperação do saldo de uma agência de viagens anteriormente considerado em imparidade.

7. Caixa e depósitos bancários

	mESC	
	2015	**2014**
Caixa	1 706	1 601
Depósitos a ordem		
Banco Caboverdiano de Negocio	4 046	160
Banco Africano de Investimentos	3 055	1 385
Banco Interatlântico	1 849	864
Caixa Económica de Cabo Verde	1 600	3 224
Banco Comercial do Atlântico	358	244
Banco do Tesouro	-	5 263
	10 908	**11 139**
Depósitos a prazo		
Caixa Económica de Cabo Verde	3 044	44
	15 658	**12 784**

O depósito a prazo na Caixa Económica de Cabo Verde vence juros à taxa anual de 2,75 %.

8. Capital próprio

Os movimentos registados em 2015 e 2014 nesta rúbrica encontram-se evidenciados na Demonstração de alterações no capital próprio.

Em 31 de Dezembro de 2015 o capital próprio é negativo em mESC 695 979 (2014: negativo em mESC 567 095). De modo a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 137º do Código das Empresas Comerciais, o Conselho de Administração, através do seu relatório de gestão, propõe aos acionistas a resolução desta situação na próxima Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral de 19 de Dezembro de 2013, decidiram os acionistas da CVFF, em face da não materialização da realização da parte remanescente do capital social da Sociedade, aceitar a subscrição pelo Estado de Cabo Verde de 53,19% do capital social da CVFF, pelo montante de mESC 58 508, através de incorporação do navio "Praia D'Aguada", cujo valor resultante da avaliação apresentada pelo Estado, deduzido de um desconto de 21,57%, ascende a mESC 80 000. A diferença entre os dois valores atrás referidos (mESC 21 492) deverá ser igualmente convertida em capital, conforme deliberação tomada em Assembleia Geral e Resolução do Conselho de Ministros, razão pela qual se encontra registada em Instrumentos de capital próprio.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2015 na rubrica de resultados transitados corresponde ao resultado líquido do exercício de 2014.

9. Financiamentos obtidos

		2015			2014		
		Correntes	Não correntes	Total	Correntes	Não correntes	Total
Mercados de Valores Mobiliários - Empréstimos por obrigações	A						
Banco Africano de Investimentos		-	530 426	530 426	-	529 992	529 992
Caixa Económica de Cabo Verde		-	434 650	434 650	-	434 241	434 241
Banco Comercial do Atlântico		-	284 901	284 901	-	284 047	284 047
Banco Interatântico		-	152 958	152 958	-	152 958	152 958
Banco Caboverdiano de Negócios		-	39 508	39 508	-	39 475	39 475
Obrigações vendidas após subscrição inicial		-	9 983	9 983	-	9 975	9 975
		-	1 452 425	1 452 425	-	1 450 688	1 450 688
Empréstimos bancários							
Rabobank	B	74 659	154 800	229 459	102 837	229 459	332 296
Caixa Económica de Cabo Verde							
Financiamento - mESC 80 000	C	-	-	-	19 023	11 911	30 934
Financiamento - mESC 70 000	D	13 514	32 752	46 266	12 262	46 266	58 528
Financiamento - mESC 60 000	E	18 275	31 507	49 782	-	-	-
		31 789	64 259	96 048	31 286	58 177	89 462
Outros empréstimos							
Banco do Tesouro	F	-	147 477	147 477	-	129 320	129 320
Damen	G	8 302	-	8 302	18 014	7 845	25 859
Descoberto Bancário (Banco Tesouro)	H	41 182	-	41 182	-	-	-
		155 932	**1 818 961**	**1 974 894**	**152 137**	**1 875 489**	**2 027 626**

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	Tesouro	CECV	Rabobank	Obrigacionista
2017 - 2018	42 186	62 817	154 800	-
2019 - 2020	58 954	1 442		1 452 425
Mais 2020	46 338	-	-	-
Total	147 477	64 259	154 800	1 452 425

A. Mercados de Valores Mobiliários – Empréstimo obrigacionista

A Sociedade procedeu, em 2009, a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 500 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada, subscritas pelos bancos identificados. Na ocasião foram subscritas 1 300 000 obrigações, tendo sido posteriormente e até à presente data vendidas mais 152 425 obrigações, pelo que se encontram ainda por realizar 47 575 obrigações.

O saldo do empréstimo obrigacionista resulta do valor total das obrigações emitidas e realizadas, deduzidos dos respectivos encargos com a emissão, como segue:

Banco	Saldo em 31.12.13	Custos amortizados em 2014	Saldo em 31.12.14	Custos amortizados em 2015	Saldo em 31.12.15
Caixa Económica de Cabo Verde	529 019	973	529 992	436	530 426
Banco Africano de Investimentos	433 327	914	434 241	409	434 650
Banco Comercial do Atlântico	282 139	1 908	284 047	854	284 901
Obrigações vendidas após subscrição inicial	152 958	-	152 958	-	152 958
Banco Interatântico	39 403	72	39 475	32	39 508
Banco Caboverdiano de Negócios	9 957	18	9 975	8	9 983
	1 446 803	3 867	1 450 688	1 739	1 452 425

Os principais termos e condições do empréstimo segundo o último acordo resumem-se como segue:

(i) Maturidade: inicialmente de seis anos, entretanto alargado por mais quatro anos, conforme deliberação da Assembleia Geral de Obrigacionistas de Março de 2012, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade.

(ii) Taxa de juro nominal fixa de 7.5% (2013 a 2014), 8.75% (2015) e 10% (2016 a 2019).

(iii) O pagamento de juros efetuar-se-á semestral e postecipadamente.

(iv) Destinam-se à aquisição de dois barcos rápidos e novos para operarem no transporte marítimo de passageiros e cargas no País.

(v) A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, na data de pagamento do último cupão.

(vi) O empréstimo tem subjacente a hipoteca, de primeiro grau, sobre os barcos a adquirir, a favor do representante comum dos obrigacionistas.

(vii) O empréstimo obrigacionista tem ainda subjacente um Acordo de recompra dos Navios, emitido pela DAMEN Shipyard, nos termos do qual o preço de recompra será de 40% ou 30% do preço de aquisição, conforme essa decorra nos três ou quatro anos seguintes à entrega do navio, respectivamente. A Sociedade deverá ainda suportar os custos relacionados com a diferença de condições do casco e maquinaria dos navios entre a entrega e reexpedição, determinada por um perito e uma comissão de 0,25% sobre preço de aquisição por ano a pagar à DAMEN, durante o período de resgate.

(viii) Além dos barcos, todos os ativos tangíveis e intangíveis da Sociedade respondem perante os compromissos com as obrigações, cujo saldo contabilístico total à data do balanço ascende a mESC 1 697 437.

Estima-se em cerca de mESC 145 296 de encargos financeiro com as obrigações em 2016.

B. RABOBANK - Cooperatieve Centrale Raiffeisen-Boerenleekbank B.A

Representa o valor remanescente do empréstimo equivalente a 3 400 000 Euros (equivalente a mESC 374 901) obtido em Setembro de 2013, destinado a financiar parte da dívida à DAMEN relativa à construção do navio "LIBERDADI", os juros de mora e parte do custo com a estadia do navio em Singapura. O desembolso daquele montante ocorreu em Dezembro de 2013, pagos diretamente à Damen, tendo na mesma data sido também pago o prémio de seguro diretamente a ATRADIUS DUTCH STATE BUSINESS no valor de 220 386,54 Euros (equivalentes a mESC 24 301), os quais representam encargos com a emissão do empréstimo. Serão, anualmente, ao longo do período de reembolso do empréstimo acrescidos ao capital mutuado, a título de custo amortizado.

O empréstimo vence juros à taxa Euribor 6 meses mais 2.4% e é reembolsável em 10 semestres consecutivos de capital, no montante de 362 038 Euros.

O empréstimo encontra-se garantido por aval do Estado.

C. Caixa Económica de Cabo Verde – mESC 80 000

Em 2014, correspondia à parcela remanescente de um empréstimo, no montante de mESC 80 000, concedido em Agosto de 2011, e mESC 15 378 em 2012 para financiamento de tesouraria. Vencia juros à taxa anual de 9% e era reembolsável, nos termos renegociados, em 47 meses (inicialmente 3 anos).
O empréstimo encontrava-se garantido por aval de três accionistas.

Em 2015, o saldo remanescente foi integralmente liquidado com o recurso a um novo empréstimo junto da CECV, no montante de mESC 60 000 (ver E. abaixo).

D Caixa Económica de Cabo Verde – mESC 70 000

Representa a parcela remanescente do empréstimo concedido em Dezembro de 2013, destinado a financiar futuros investimentos. Vence juros à taxa anual de 9% e é reembolsável em 60 prestações mensais de capital e juros, no montante total de mESC 1 453, com início em Janeiro de 2014.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde e suplementarmente por penhor do depósito a prazo no valor de mESC 12 000, por um período de 6 meses.

E. Caixa Económica De Cabo Verde – mESC 60 000

Corresponde à parcela remanescente do empréstimo concedido em Junho de 2015 no montante de mESC 60 000, vencendo a taxa de juro anual de 9%, com maturidade de 3 anos e uma renda mensal de mESC 1 909. O empréstimo foi parcialmente utilizado para a liquidação integral do saldo remanescente do financiamento mESC 80 000, no montante de mESC 21 635 na ocasião, e o remanescente destinado ao apoio à tesouraria.

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde .

F. Banco do Tesouro (Estado de Cabo Verde)

Corresponde ao empréstimo concedido pelo Banco do Tesouro (Estado de Cabo Verde) para reparação do Navio Praia D´Aguada. Vence juros à taxa anual de 2.7%, os quais são capitalizados, e é reembolsável em 10 prestações semestrais de capital e juros, com um período de diferimento de 2 anos.

G. DAMEN

Corresponde à linha de crédito concedida pela DAMEN, destinada a regularizar a totalidade da dívida relacionada com o navio "LIBERDADI". Vence juros à taxa anual de 7%, sendo reembolsável em 25 prestações mensais de mESC 2 075 cada.

H Banco do Tesouro

O saldo espelhado pelo Banco de Tesouro, no montante de mESC 41 182, corresponde a um descoberto concedido pela DGT, por conta de indeminizações compensatórias a receber do Estado pela prestação de serviço público de transporte marítimo

10. Fornecedores

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2015	**2014**
Enacol	12 380	11 159
Enapor	4 774	3 731
AMP (Agência Marítimo e Portuário)	2 474	1 830
Vivo Energy	2 348	4 885
CV Telecom	2 158	2 322
PwC	771	386
Outras	15 685	10 480
	40 589	**34 794**

Os saldos a pagar à ENACOL e VIVO ENERGY são devidos pelo fornecimento de combustíveis ao navio "KRIOLA" e "LIBERDADI", bem como alguns abastecimentos efectuados no navio Praia D´Aguada.

A dívida a pagar à ENAPOR e AMP relaciona-se com serviços portuários prestados à Sociedade.

O saldo a pagar à CV Telecom relaciona-se com serviços de comunicação.

11. Outras contas a pagar

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2015	**2014**
Juros de empréstimos obrigacionistas a pagar	368 952	252 392
BCV - Bolsa de Valores de Cabo Verde	24 413	21 113
Cabnave	13 888	13 888
Responsabilidades assumidas para com o pessoal	7 788	7 944
Outras	3 217	4 022
Damen Shipyard - equipamentos	451	240
	418 708	**299 599**

Os juros de empréstimos obrigacionistas a pagar em 2015 compreendem mESC 308 434 (mESC 199 502 em 2014) relativos a juros vencidos e não pagos e mESC 60 518 (mESC 52 890 em 2014) referentes ao efeito da especialização dos juros com referência à data do balanço. Decorrem negociações quanto ao prazo de pagamento dos juros.

Os mESC 24 413 (2014: mESC 21 113) a pagar a BVC – Bolsa de Valores de Cabo Verde resultam do custo com a manutenção e com a custódia das Obrigações escriturais no período desde 2009 até 2015, os quais se encontram vencidos à data do Balanço.

Os mESC 13 888 a pagar a CABNAVE correspondem a trabalhos de reparação do navio "PRAIA D´AGUADA" e do navio "LIBERDADI".

12. Vendas e prestação de serviços

	mESC	
	2015	**2014**
Passagens	199 997	235 084
Carga	143 976	144 081
Afretamento	6 000	11 896
Publicidade	1 872	1 872
Vendas a bordo	1 783	2 578
Serviços secundários	428	389
	354 056	**395 899**
Devolução de passagens e carga	(3 373)	(934)
	350 683	**394 965**

Em 2015 foram transportadas um total de 87 716 passageiros (2014: 116 626) e 30 007 de toneladas de carga (2014:34 030 toneladas). A variação negativa verificada, tanto do lado de passageiros como do lado de mercadorias

transportados, deve-se principalmente à inoperacionalidade do KRIOLA, durante um total de seis meses, que implicou a suspensão das viagens entre São Vicente e Santo Antão e a redução das viagens entre São Vicente e São Nicolau.

13. Subsídios à exploração

Conforme se refere na Nota 6, o saldo desta rubrica representa o subsídio referente ao exercício de 2015 atribuído pelo Estado Cabo Verde (2014: mESC 10 000)

14. Fornecimentos e serviços externos

	mESC	
	2015	**2014**
Combustível e outros fluídos (i)	100 170	139 535
Serviços de portos (ii)	33 409	35 252
Renda e Alugueres (iii)	12 091	10 476
Comissões a Intermediários (iv)	7 510	8 111
Seguros	5 844	4 132
Conservação e Reparação (v)	5 471	4 194
Vigilância e Segurança (vi)	2 501	2 284
Honorários (vii)	2 587	3 162
Comunicação	1 891	1 803
Deslocações e Estadas	1 849	2 399
Estudos e Pareceres	1 770	1 870
Serviços de Informática	1 469	1 444
Outros Fornecimento	1 440	1 162
Electricidade	1 350	1 473
Água	988	1 014
Outros Inf. mESC 1000	3 890	3 770
	184 228	**222 083**

(i) Relacionam-se essencialmente com fornecimento combustível para o navio "KRIOLA", "LIBERDADI" efetuada pela Enacol e Vivo Energy. A diminuição do saldo face ao exercício anterior deve-se principalmente à forte queda do preço de Gasóleo Marinho e pela redução de numero de viagens realizadas, motivadas pela paralisação do Navio "Kriola.

(ii) O saldo desta rubrica compreende essencialmente taxas portuárias facturadas pela Enapor e Instituto Marítimo Portuário. A diminuição desta rubrica face a 2014 justifica-se pela paralisação no navio "Kriola".

(iii) O saldo desta rubrica inclui (i) as rendas dos escritórios da Sede e dos Portos mESC 4 213 (2014: mESC 4 003), (ii) aluguer de meios de transporte para consolidação das cargas avulsas tanto para zona norte como para zona sul mESC 6 779 (2014: mESC 5 061), e (iii) aluguer de equipamentos da Enapor no valor de mESC 758 (2013: mESC 1 411), e (iv) outros alugueres no valor de mESC 341.

(iv) Esta rubrica regista os gastos relacionados com comissões de venda às agências de viagem pela venda de bilhetes.

(v) Referem-se aos gastos de manutenção e conservação dos navios "KRIOLA e "LIBERDADI"". O aumento do saldo face ao exercício anterior deve-se na sua maioria aos gastos efectuados com reparação do Navio "KRIOLA", e algumas intervenções efectuadas no Navio "LIBERDADI".

(vi) Esta rubrica regista os gastos relacionados com vigilância e segurança nos navios e instalações da Sociedade. O aumento do saldo deve-se ao reforço de segurança efectuado no Terminal de Cargas da Empresa em Achada Grande.

(vii) O saldo inclui essencialmente valores referentes à assessoria de gestão no valor de mESC 615 (2014: mESC 615), assessoria legal no montante de mESC 600 (2014: mESC 600) e serviços relacionados com a substituição de férias dos tripulantes no valor de mESC 1 272 (2014: mESC 1 947).

15. Gastos com o pessoal

	mESC	
	2015	**2014**
Ordenados e salários	62 966	64 689
Encargos sobre remoneração	8 125	6 878
Outras despesas com o pessoal	3 475	3 411
	74 566	**74 977**
Número médio no final do ano	59	49
Número de empregados no final do ano	54	61

A diminuição do saldo de Ordenados e salários justifica-se pelo término de contracto de alguns funcionários com elevado peso na estrutura de ordenados e salários.

A rubrica de Outras despesas com o pessoal compreende, essencialmente (i) seguros de acidentes de trabalho no valor de mESC 2 163 (2014: mESC 1 541) e (ii) encargos com término de contratos de alguns funcionários no valo de mESC 944 (2014: mESC 1 515)

16 Outros rendimentos e ganhos

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, mESC 625 (2014: mESC 549) resultante dos descontos de pronto pagamento obtidos.

17. Outros gastos e perdas

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, (i) mESC 1 781 referentes aos descontos concedidos (2014: mESC 3 3361) e mESC 1 206 (2014: mESC 2 133) relacionados como outros impostos indiretos.

18. Juros e perdas similares suportados

	2015	2014
Mercados de Valores Mobiliários - Empréstimos por obrigações		
Juros obrigacionista	134 714	116 451
Custos Emissão	1 739	3 867
Custódia e manutenção	3 300	3 300
	139 753	123 618
Empréstimos bancários		
Rabobank	14 558	18 473
Caixa Económica de Cabo Verde	9 371	9 258
Damen	1 050	2 193
	24 979	29 924
Outros	115	3
	164 847	**153 546**

19. Resultado por ação básico

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado das ações, como segue:

	mESC	
	2015	2014
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(128 884)	(148 263)
Numero médio ponderado de acções	110 000	110 000
Resultado por acção básico (ESC)	**(1 172)**	**(1 348)**

20. Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

Os acréscimos e diferimentos tiveram a seguinte decomposição:

	mESC	
	2015	2014
Acréscimo de gastos		
Juros de empréstimos Obrigacionistas	60 518	52 890
Acréscimo de férias e Subsídio de férias	7 776	7 913
Honorários de exame às contas e fiscal único	1 770	2 146
Outros Acréscimos Exerc.		455
	70 063	63 403
Gastos a reconhecer	297	297
Rendimentos a reconhecer	20 000	20 000

Os mESC 20 000 em 2015 de rendimentos a reconhecer correspondem ao adiantamento recebido da D.G. do Tesouro a título de subsídio futuro pela exploração das novas linhas a serem feitas pelo Liberdadi.

21. Garantias

Além das referidas nas Notas 3 e 9, não existem outras garantias prestadas pela Sociedade.

22. Partes relacionadas

As transações ocorridas em 2015 e 2014 entre a Sociedade e partes relacionadas (no caso, os acionistas) referem-se a suprimentos concedidos (ver Nota 9).

As remunerações do Conselho de Administração ascenderam a mESC 10 878 (2014: mESC 11 340).

23. Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências.

24. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

25. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária dos Obrigacionistas, realizada a 15 de Fevereiro de 2016, foi aprovada a proposta de reestruturação do empréstimo obrigacionista, que vai alterar significativamente a situação financeira da empresa, com as seguintes deliberações:

1. Cisão das obrigações em 4 grupos
2. Alargamento da maturidade das obrigações para 2029
3. Amortização do empréstimo obrigacionista em prestações, com inicio em 2019 e término em 2029
4. Pagamento dos juros obrigacionistas em atraso em 120 prestações mensais

III. PARECER DO FISCAL UNICO